



# Petição pela morte assistida vai ao Parlamento

**Eutanásia.** Documento conseguiu reunir mais de 1700 assinaturas em apenas um dia e vai obrigar a debate parlamentar

DIANA MENDES

A petição pública a favor da despenalização da morte assistida conseguiu reunir mais de 1700 assinaturas em apenas um dia de subscrição, já que ficou ontem disponível no *site* Petição Pública. Com este volume de assinaturas, já poderá ser discutida em comissão parlamentar. João Semedo, ex-coordenador do Bloco de Esquerda e um dos proponentes da petição, acredita, porém, que em dois dias a petição vai recolher as quatro mil assinaturas necessárias para ser discutida em plenário.

O manifesto em defesa da despenalização da morte assistida, que prevê a eutanásia – administração do fármaco letal com apoio de outra pessoa – ou o suicídio medicamente assistido – em que é o próprio a administrá-lo – foi subscrito por personalidades como o diretor-geral da Saúde, Francisco George, a bastonária da Ordem dos Enfermeiros, Ana Rita Cavaco, o historiador Pacheco Pereira ou a ex-ministra da Justiça Paula Teixeira da Cruz. Agora, o mesmo movimento decidiu avançar com a petição.

João Semedo diz que esta “é a forma de levar o Parlamento a discutir a morte assistida e o fim de vida” e defende que a Assembleia da República “não se pode demitir nem excluir” deste debate, até porque o manifesto recolheu um apoio muito vasto na sociedade portuguesa. “Não me recordo de qualquer outro que tenha tido uma aceitação tão expressiva, tão ampla, tão politicamente variada.”

Até às 22.00 de ontem recolheu mais de 1700 assinaturas, o que significa que já poderá ser discutida na comissão de Saúde, na dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias ou mesmo em ambas. Mas o ex-deputado não tem dúvidas de que vai rapidamente reunir as assinaturas para ser obrigatoriamente discutida.

O conjunto de cidadãos que a propõe assume o que considera ser o direito à liberdade. “Defendemos, por isso, a despenalização e a regulamentação da morte assistida como uma expressão concreta dos direitos individuais à autonomia, à liberdade religiosa e à liberdade de convicção e consciência, direitos inscritos na Constituição.”

Os signatários referem que a morte assistida “consiste no ato de, em resposta a um pedido do próprio – informado, consciente e reiterado –, antecipar ou abreviar a morte de doentes em grande sofrimento e sem esperança de cura”. É para os casos em que “existe so-

frimento inútil e sem sentido, impostos por convenções alheias”.

Questionado sobre se a petição e o seu debate no Parlamento serão a alternativa ao referendo, João Semedo diz que “quando a eutanásia estiver legalizada, ninguém fica obrigado a recorrer a ela mas também ninguém fica impedido de o fazer. Isto é que é democracia”, acres-

centando que, nesta situação, o referendo é contrário à democracia

Os grupos parlamentares têm-se mostrado divididos nestas matérias, com o Bloco de Esquerda a admitir fazer uma proposta. O PS considerou que o tema é pertinente e apenas o CDS-PP está contra a iniciativa, pedindo maior debate para lá do Parlamento. O PSD ain-

da não tomou uma posição, mas defendeu a liberdade de voto.

Se mesmo após a discussão da petição não se avançar com um projeto de lei, João Semedo entende que “não vai haver qualquer discussão e vai ficar tudo na mesma”. Assume-se como defensor da morte assistida, como também dos cuidados paliativos. “Mas, como mé-

dico, não faço publicidade enganosa. Os cuidados paliativos não são 100% eficazes contra o sofrimento. Não são, porque não são aplicáveis numa série de situações clínicas.” Vários organismos e personalidades defendem um debate mais profundo e a realização de referendo, como a Ordem dos Médicos ou a Associação de Bioética.